

Marcílio acena com gatilho para negociar

O Ministério da Economia trabalha com um cardápio de opções para apresentar ao Congresso, na negociação das novas leis do salário mínimo e da negociação salarial que precisam ser aprovadas até o final de agosto. Entre as alternativas para proteger também os salários mais baixos, estuda-se a criação de um piso setorial diferenciado, que corresponderia às características de cada segmento produtivo da economia. Outra idéia é a concessão de reajustes automáticos para as faixas salariais mais baixas, com base num índice projetado.

A idéia do piso setorial está fundamentada no artigo 7º, inciso 5º, da Constituição, que prevê como direito dos trabalhadores "um piso salarial proporcional a extensão e complexidade do trabalho". Os técnicos do Ministério da Economia avaliam que esse artigo dá respaldo à proposta, idealizada pelo secretário de Política Econômica, Roberto Mace do. Entretanto, não há consenso ainda sobre a forma de viabilizar esse piso, através de lei. Essa al-

ternativa atende ao objetivo da política econômica, que não quer engessar a política salarial, concedendo reajuste linear para todos os trabalhadores.

Além disso, a proteção dos trabalhadores de renda mais baixa, nesse caso, estaria condicionada à capacidade produtiva de cada setor. Na prática, os ganhos de produtividade seriam repassados aos salários mais baixos. Esse modelo já é adotado pelas categorias mais organizadas, que através de convenções coletivas têm fixado pisos salariais acima do salário mínimo. A dúvida dos economistas do Governo é como estender o critério para todos os trabalhadores.

Cutra alternativa que deve ser apresentada aos parlamentares é o reajuste diferenciado por faixas salariais, com base num índice de inflação projetado. Essa fórmula valeira apenas para as faixas mais baixas de salário, também de acordo com o princípio de proteger essas categorias. Os técnicos cogitam de uma forma de prefixação dos reajustes, que projetem a inflação futura e evitem a

indexação formal pela taxa passada.

A discussão sobre política salarial no Congresso pode ficar para depois do recesso, segundo previsão da assessoria do ministro Marcílio Marques Moreira. Por isso, no momento a negociação está mais concentrada na medida provisória que determinou reajustes para o funcionalismo público.

Livre negociação — Com a edição do Plano Collor II, a ex-ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, restringiu a política salarial aos abonos pagos a partir de abril, deixando qualquer benefício adicional por conta da livre negociação. Pela regra em vigor, os trabalhadores não têm nem o direito ao acerto de contas na data-base, com base na média dos últimos 12 meses. Essa fórmula, que vigorou no ano passado, foi derrubada pelo último plano econômico. Além de limitada, a política de abonos acaba em agosto. Por isso, há uma disposição do Governo e do Congresso para aprovar uma nova regra até lá.